



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8263 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A (HÁ) EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS PANDÊMICOS? CONCEPÇÕES DE CRIANÇAS, INFÂNCIAS, RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Leandro Henrique de Jesus Tavares - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Renata de Lima Costa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO

Maria Fernanda Rezende Nunes - PUC-Rio

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A (HÁ) EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS PANDÊMICOS? CONCEPÇÕES DE CRIANÇAS, INFÂNCIAS, RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Este texto é um recorte da pesquisa virtual realizada em 17 municípios do estado do Rio de Janeiro, sobre as ações das Secretarias Municipais de Educação (SME) durante o período da pandemia. Neste enredo, o grupo de pesquisa aliado a uma Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro tem observado o evento e busca compreender os impactos na educação infantil (EI) durante o período de afastamento social.

Vemos os lugares ocupados pelas famílias e crianças decorrentes das ações políticas e pedagógicas das SME de três municípios. Foi feito um mapeamento das medidas pedagógicas adotadas e das propostas do material pedagógico disponibilizado e foram elencados três municípios para uma análise mais aprofundada, a partir das categorias: concepções de crianças e infâncias, relação com as famílias e escuta da comunidade escolar neste período.

No primeiro momento uma pesquisa virtual buscou identificar a existência de canais de comunicação públicos das SME (*sites* e páginas oficiais - *Facebook* e *Instagram*). No segundo, visitamos os canais encontrados e coletamos dados das ações das SME e escolas desde o início do afastamento social. No terceiro, organizamos as categorias. No quarto, elencamos divisões das ações sobre o atendimento às especificidades da etapa. Por fim, articulamos os dados encontrados com os referenciais teóricos.

A EI deve oferecer à criança uma educação que visa seu desenvolvimento global (físico, psicológico e social) através da integração social, atrelado ao educar e ao cuidar em ação complementar à família, para promover a garantia de seus direitos e de suas famílias, por meio das interações e das brincadeiras. Entretanto, a pesquisa mostrou o descompromisso com às especificidades da etapa nas propostas políticas e pedagógicas durante a suspensão das aulas presenciais nestes municípios.

Em 1993, Paulo Freire já alertava a necessidade de problematizar práticas políticas que desvalorizavam as capacidades críticas das classes populares. Freire elegia a educação como imponente “fazedora de reinvenção do mundo”, desempenhando a função tonificadora desta capacidade para que o indivíduo tivesse condições de desempenhar sua cidadania crítica, sendo capaz de ler o projeto de governo posto e agir sobre ele- reinventando o mundo pois, o ser humano consciente e curioso, se torna “capaz de compreender, de inteligir o mundo, de nele intervir técnica, ética, estética, científica e politicamente” (FREIRE,1993, p.8).

Os documentos oficiais alçaram as crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direito e afirmam que é direito da criança receber uma educação que seja complementar à da sua família, assim como afirma ser direito da família o reconhecimento da sua importância e a valorização da sua participação junto às ações institucionais da educação.

Xavier e Canedo (2013) reiteram a importância da parceria entre estas instituições para uma educação de qualidade. Bondioli (2011) ratifica este pensamento, pois "conceber pais como protagonistas significa pensar a educação das crianças como uma tarefa compartilhada entre famílias e profissionais." No entanto, Campos (2013) observa que as relações com as famílias surgem como um dos problemas existentes na etapa, denunciando uma política-pedagógica de desqualificação da família e atribuição da escola como personagem principal do processo educacional. Estas dificuldades se intensificaram com a chegada do Covid-19, pois movimentos, documentos e atividades propostos pelas instituições são diretivos e não privilegiam o diálogo, a interação ou os interesses das crianças.

Não encontramos diálogos entre os pares na perspectiva de escuta das emergências das crianças ou das famílias no contexto de isolamento social ou diálogos que valorizassem suas potencialidades a fim de elaborarem, coletivamente, planos de ação que atendessem às necessidades reais delas durante o período pandêmico.

Segundo Corsaro, as crianças expressam sua visão da realidade que as cerca ao se posicionarem diante dos acontecimentos do mundo. Conversar com as crianças sobre o que têm sentido nesse momento da pandemia seria crucial, mas não observamos isso na pesquisa.

Pelo contrário, as práticas revelam o lugar social e político que as famílias e crianças ocupam, pois há fragilidades nas ações sócio-políticas e a invisibilidade desses atores da EI, visto que a “interação” ocorreu majoritariamente no sentido vertical, já que as informações foram transmitidas às famílias como informes, apenas para o cumprimento de tarefas previamente determinadas e não discutidas com a comunidade escolar.

Encontramos práticas que pretendiam igualar as crianças e mantinham uma relação diretiva também com as famílias, por meio de “cartas”, na introdução dos materiais ofertados, como estratégia para indicar a “educação” que seria oferecida e que as famílias deveriam implementar, sem que tivessem orientação ou o dever de fazê-lo. Havia uma total desconsideração da autonomia das crianças. Atividades para crianças de diferentes idades eram basicamente as mesmas, todas com viés escolarizante, inclusive para as crianças de 3 anos. Eram, em sua maioria, atividades descontextualizadas, com linguagem que pretendiam um diálogo *fake* com as crianças, sempre intermediado pela ação do adulto, intérprete dos desejos e anseios delas. O trabalho cotidiano nas instituições educativas deveria privilegiar o encontro, o diálogo, a narrativa, no sentido de permitir que a experiência da fala da criança seja algo que altera, que tem caráter coletivo (BENJAMIN, 1993).

A pandemia marca a necessidade de a etapa reafirmar quais são seus grandes objetivos; a urgência do diálogo e do vínculo com as famílias como ferramentas essenciais para o acesso às crianças; a necessidade de revisitar as práticas e estreitar os laços com seus

pares; o reforço da necessidade de envolver as crianças e as famílias de modo que conhecer e respeitar suas realidades emocionais, sociais e tecnológicas. Não há como pensar EI sem a participação da família e da criança.

Algumas indagações são inevitáveis: como conceber a iniciativa das SME de indicar o ensino remoto (ER) para crianças tão pequenas? Como pensar a especificidade da EI com o modelo de ER? Como pensar currículo, espaços, tempos e vínculos? Ficam sobressaltadas as fragilidades da etapa acerca de como pensar as infâncias, o cuidado; o diálogo entre escola e a comunidade escolar na modalidade de ER.

Não se pode ignorar o grande desafio que constitui a materialização dessa nova visão de infâncias na inclusão da voz das crianças em práticas que respeitem esse direito que elas têm de se expressar e que isto seja considerado no cotidiano, bem como da busca de estratégias para um diálogo mais efetivo com as famílias, mas constitui tarefa crucial para este momento e na pós-pandemia.

Diante das previsões legais e conquistas da sociedade para a EI, como garantir a proteção e os direitos das crianças e o diálogo com as famílias durante o cenário da pandemia sem desconsiderar seus contextos e condições materiais de vida?

Palavras-chave: crianças, infâncias, relações com as famílias.

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Ana; SAVIO, Donatella. Participação e qualidade em Educação da Infância: Percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Curitiba. UFPR. 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: editora brasiliense. 6ª edição, 1993.

CAMPOS, Maria Malta. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. São Paulo. Cadernos de Pesquisa. v.43. no.148. p.22-43. jan./abr. 2013

FREIRE, Paulo. Política e educação- 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

XAVIER, Alice; CANEDO, Maria Luiza; BRANDÃO, Zaia. Construção da Qualidade de Ensino: Achados e Tensões de uma Década de Pesquisa. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2013.